


**COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE - CNPJ - 10.921.252/0001-07.**

RELATÓRIO DA DIRETORIA - SENHORES ACIONISTAS - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE apresenta a V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na forma da legislação vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. A DIRETORIA


**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (EM REAIS)**

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.336.349	13.496.284	13.496.284
Contas a receber de clientes	5	28.292.779	29.873.480	29.873.480
Estoques	6	2.842.599	1.832.254	1.832.254
Tributos a recuperar	7	345.559	671.271	671.271
Adiantamentos diversos		1.057.747	1.164.952	1.164.952
Despesas antecipadas		107.870	109.219	109.219
		<b>38.982.903</b>	<b>47.147.460</b>	<b>47.147.460</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Depósitos judiciais		280.597	269.752	269.752
Investimentos	8	1.074.683	1.074.683	1.074.683
Imobilizado	9	11.174.358	11.961.332	11.961.332
Intangível	10	104.575	1.706	1.706
		<b>12.634.213</b>	<b>13.307.473</b>	<b>13.307.473</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>51.617.116</b>	<b>60.454.933</b>	<b>60.454.933</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores			2.828.129	1.721.605
Obrigações trabalhistas	11		1.212.136	1.173.148
Obrigações sociais	12		635.351	509.167
Obrigações tributárias	13		788.842	529.371
Outros	14		790.141	73.054
			<b>6.254.599</b>	<b>4.006.345</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Obrigações tributárias	13		1.032.584	1.055.297
Provisões para contingências	15		917.459	917.459
			<b>1.950.043</b>	<b>1.972.756</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16			
Capital social			66.570.000	66.570.000
Reserva de reavaliação			3.199.758	3.271.681
Ajustes de avaliação patrimonial			70.092	70.092
Prejuízos acumulados			(26.427.376)	(15.435.941)
			<b>43.412.474</b>	<b>54.475.832</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>51.617.116</b>	<b>60.454.933</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em Reais)**

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.570.000	3.344.916	70.092	(15.415.775)	54.569.233
Realização da reserva de reavaliação	-	(96.362)	-	96.362	-
Efeitos tributários	-	23.127	-	-	23.127
Prejuízo do exercício	-	-	-	(116.528)	(116.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.570.000	3.271.681	70.092	(15.435.941)	54.475.832
Realização da reserva de reavaliação	-	(94.636)	-	94.636	-
Efeitos tributários	-	22.713	-	-	22.713
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.086.071)	(11.086.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.570.000	3.199.758	70.092	(26.427.376)	43.412.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Valores expressos em Reais)**
**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, parte integrante da administração indireta do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.065, de 01.12.1967, domiciliada à Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro - Recife - PE. A Companhia tem como atividade preponderante a edição e publicação dos Diários Oficiais do Estado, de didático-culturais, e processamento e digitalização de imagens.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas - CPC PME (R1), cujas principais aplicações estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2023.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**d) Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem essas estimativas e premissas são:

- análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa;
- definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos;
- a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia (ativos imobilizados), que é avaliada sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil de ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares;
- reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio de avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos assessores jurídicos;
- realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos em função de lucro tributável futuro contra qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e impostos diferidos possam ser realizados.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
**3.1 - Apuração do resultado**

A Companhia adota o princípio da competência para registro das suas operações. A aplicação desse princípio implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

**3.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

**3.3 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento Técnico CPC 48**

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

**a) Ativos financeiros**

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros e créditos realizados por caixa. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**b) Passivos financeiros**

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

**• Classificação e mensuração:**

De acordo com o CPC 48, as principais categorias de classificação de ativos financeiros são (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**• Redução ao valor recuperável (impairment):**

O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia, após estudo individualizado por cliente, concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD), visto que há fortes indicativos de suas realizações.

**3.4 - Contas a receber (ver Nota 5)**

As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

Após o reconhecimento inicial, as contas a receber de clientes e outros créditos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Como a empresa não realiza vendas com caráter de financiamento, as mesmas não são amortizadas através do método da taxa efetiva de juros. Da mesma forma, os outros créditos, igualmente não revestidos de caráter de financiamento, não são amortizados usando-se do método da taxa efetiva de juros. A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é estabelecida pois não existe uma evidência objetiva de que a CEPE não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber de clientes.

**3.5 - Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

**3.6 - Tributos a recuperar**

São originados de diversas operações que podem gerar valores a recuperar de tributos, tais como saldos devedores de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Tais tributos são registrados pelo custo histórico.

**3.7 - Investimentos (ver Nota 8)**

**a) Obras de arte.** Reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, as mudanças ao seu valor justo, quando devidamente comprovadas por um profissional capacitado, são reconhecidas.  
**b) Investimentos em outras companhias.** Esses ativos são representados por títulos patrimoniais (ações) de longo prazo nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

**3.8 - Imobilizados**

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação de ativos na data de 2007. Os efeitos da reavaliação aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, reavaliação esta líquida dos efeitos fiscais.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em Reais)**

	Notas Explicativas	2022	2021
Receita operacional líquida	17	49.508.428	47.618.136
Custo dos serviços prestados	18	(25.797.454)	(20.123.481)
Lucro bruto		<b>23.710.974</b>	<b>27.494.655</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal		(15.045.752)	(13.423.217)
Despesas gerais	19	(18.869.776)	(13.175.160)
Baixa de contas a receber	5	(1.206.641)	(1.352.453)
Financeiras (líquidas)	20	417.788	307.004
Outras (líquidas)		(92.664)	32.643
		<b>(34.797.045)</b>	<b>(27.611.183)</b>
Prejuízo do exercício		<b>(11.086.071)</b>	<b>(116.528)</b>
Prejuízo por ação		(84,46)	(0,89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em Reais)**

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do exercício	(11.086.071)	(116.528)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<b>(11.086.071)</b>	<b>(116.528)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em Reais)**

	31.12.2022	31.12.2021
<b>CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	(11.086.071)	(116.528)
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Baixa de ativos imobilizados (líquidas)	42.022	10.742
- Depreciação e amortização	1.292.814	1.470.097
	<b>(9.751.235)</b>	<b>(1.364.311)</b>
<b>(Aumento) / Redução de Ativos</b>		
Contas a receber	1.580.701	4.591.955
Estoques	(1.010.345)	(584.692)
Tributos a recuperar	325.712	407.671
Adiantamentos diversos	107.205	121.841
Despesas antecipadas	1.349	(38.536)
Depósitos judiciais	(10.845)	-
	<b>993.777</b>	<b>4.498.239</b>
<b>Aumento / (Redução) de Passivos</b>		
Fornecedores	1.106.524	444.735
Obrigações trabalhistas	38.988	164.019
Obrigações sociais	126.184	74.169
Obrigações tributárias	259.471	198.892
Outros	717.087	(159.603)
	<b>2.248.254</b>	<b>722.212</b>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROV. DAS OPERAÇÕES</b>	<b>(6.509.204)</b>	<b>6.584.762</b>
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTO</b>		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(650.731)	(323.380)
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>(7.159.935)</b>	<b>6.261.382</b>
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.496.284	7.234.902
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.336.349	13.496.284
<b>Variação líquida no caixa</b>	<b>(7.159.935)</b>	<b>6.261.382</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em Reais)**

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Receitas operacionais</b>		
Vendas de serviços	53.500.377	50.705.861
Outras receitas/despesas	(92.664)	32.643
	<b>53.407.713</b>	<b>50.738.504</b>
<b>Insuomos</b>		
Custo dos serviços prestados	(24.889.571)	(19.058.736)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.484.845)	(12.769.808)
Baixa de contas a receber	(1.206.641)	(1.352.453)
	<b>(44.581.057)</b>	<b>(33.180.997)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>8.826.656</b>	<b>17.557.507</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(1.292.814)	(1.470.097)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>7.533.842</b>	<b>16.087.410</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	585.536	393.517
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>8.119.378</b>	<b>16.480.927</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	15.045.752	13.423.217
Impostos, taxas e contribuições	3.991.949	3.087.725
Despesas financeiras	167.748	86.513
Resultado do exercício	(11.086.071)	(116.528)
	<b>8.119.378</b>	<b>16.480.927</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em Reais)**

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Receitas operacionais</b>		
Vendas de serviços	53.500.377	50.705.861
Outras receitas/despesas	(92.664)	32.643
	<b>53.407.713</b>	<b>50.738.504</b>
<b>Insuomos</b>		
Custo dos serviços prestados	(24.889.571)	(19.058.736)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.484.845)	(12.769.808)
Baixa de contas a receber	(1.206.641)	(1.352.453)
	<b>(44.581.057)</b>	<b>(33.180.997)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>8.826.656</b>	<b>17.557.507</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(1.292.814)	(1.470.097)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>7.533.842</b>	<b>16.087.410</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	585.536	393.517
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>8.119.378</b>	<b>16.480.927</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	15.045.752	13.423.217
Impostos, taxas e		



## CONTINUAÇÃO

## 3.12 – Contribuição Social e Imposto de Renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São arrecadados por estimativas mensais, tendo seu ajuste e apuração anual em 31 de dezembro. O diferimento de tributos é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. É mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se na legislação até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

## 3.13 – Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

## 3.14 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita (consideradas estimativas contábeis), dos respectivos ativos e passivos. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

## 3.15 – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para companhias abertas nas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

## 3.16 – Lucro por ação

O lucro líquido por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços.

## 3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia estão sendo acompanhados e até o momento não foram identificadas possibilidades de ocorrências de impactos significativos.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	303	-
Bancos conta movimento	1.463.936	1.690.910
Aplicações financeiras	4.872.110	11.805.374
	<b>6.336.349</b>	<b>13.496.284</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Administração Pública Federal	11.071	7.165
Administração Pública Estadual	26.970.168	28.924.420
Administração Pública Municipal	683.076	694.494
Outros	628.464	247.401
	<b>28.292.779</b>	<b>29.873.480</b>

Como a grande maioria das vendas de serviços são realizadas para a Administração Pública, a serem recebidas por meio de "empenhos", não se constitui provisão para perdas estimadas sobre esses valores. Contudo, passado o período prescricional de cinco anos, valores empenhados que não tenham sido ainda recebidos são baixados.

## 6. ESTOQUES

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias primas		
- Papéis	428.536	347.772
- Cartões	79.789	82.081
- Tintas	33.943	17.846
- Produtos químicos	15.125	15.191
- Chapas	13.657	39.015
- Diversos	101.832	66.692
	672.882	568.597
Almoxarifado	23.730	20.749
Serviços em curso	2.145.987	1.242.908
	<b>2.842.599</b>	<b>1.832.254</b>

Os estoques estão formados por matérias primas utilizadas para a confecção de revistas, livros e adicionalmente material de escritório e de limpeza.

A conta Serviço em Curso corresponde a encomendas de produtos gráficos em fase de elaboração para posterior entrega aos clientes.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	289.531
Imposto de Renda retido na fonte	336.304	238.067
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	133.093
CSLL retida na fonte	9.255	10.580
	<b>345.559</b>	<b>671.271</b>

## 8. INVESTIMENTOS

	31.12.2022	31.12.2021
Obras de arte (*)		
- Quadros	442.456	442.456
- Esculturas	540.000	540.000
	982.456	982.456
Participação acionária (**)	92.227	92.227
	<b>1.074.683</b>	<b>1.074.683</b>

(\*) – Estatutariamente, a CEPE tem o compromisso de promover, incentivar e divulgar a valorização do acervo histórico e cultural do Estado de Pernambuco. O saldo representa aquisições de 09 painéis artísticos em 03.01.2010 pela CEPE (quadros e esculturas) e doação do Instituto Aberlado da Hora conforme ofício de doação de nº 016/2016.

(\*\*) – Representado por ações da COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

## 9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição subtraído os valores da depreciação acumulada, calculada linearmente conforme taxas admitidas pela legislação, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os valores referentes à apuração da depreciação acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado do exercício, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da empresa.

Movimentação contábil no exercício:

Custo	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022
Terrenos	1.877.862	-	-	1.877.862
Edificações	3.993.478	-	-	3.993.478
Maquinários	9.790.091	-	(43.000)	9.747.091
Móveis e utensílios	5.362.651	363.689	(62.767)	5.663.573
Computadores e periféricos	2.891.091	132.954	(67.920)	2.956.125
Veículos	117.700	-	(95.700)	22.000
Instalações	119.630	-	-	119.630
	<b>24.152.503</b>	<b>496.643</b>	<b>(269.387)</b>	<b>24.379.759</b>
Depreciação acumulada				
Edificações	(1.152.519)	(88.655)	-	(1.241.174)
Maquinários	(5.412.599)	(485.591)	42.948	(5.855.242)
Móveis e utensílios	(2.884.862)	(511.311)	44.334	(3.351.839)
Computadores e periféricos	(2.574.829)	(144.445)	67.920	(2.651.354)
Veículos	(82.065)	(8.089)	72.163	(17.991)
Instalações	(84.297)	(3.504)	-	(87.801)
	<b>(12.191.171)</b>	<b>(1.241.595)</b>	<b>227.365</b>	<b>(13.205.401)</b>
	<b>11.961.332</b>	<b>(744.952)</b>	<b>(42.022)</b>	<b>11.174.358</b>

Composição dos saldos em 31.12.2022, segregados pela reavaliação ocorrida em 2007:

	Saldo Normal	Saldo da Reavaliação	Saldo Total
Custo	18.772.930	5.606.829	24.379.759
Depreciação	(11.808.780)	(1.396.621)	(13.205.401)
	<b>6.964.150</b>	<b>4.210.208</b>	<b>11.174.358</b>
Efeito tributário sobre a reavaliação (passivo não circulante) (Nota 13)		(1.010.450)	
Saldo da Reserva de Reavaliação		<b>3.199.758</b>	

## 10. INTANGÍVEL

	31.12.2021	ADIÇÕES	BAIXAS	31.12.2022
Custo				
Softwares	1.869.588	154.088	-	2.023.676
Marcas e patentes	1.706	-	-	1.706
	1.871.294	154.088	-	2.025.382
Amortização acumulada				
Softwares	(1.869.588)	(51.219)	-	(1.920.807)
	<b>1.706</b>	<b>102.869</b>	<b>-</b>	<b>104.575</b>

Apropriação (contrapartida) da depreciação do imobilizado (Nota 9) e da amortização do intangível (Nota 10):

Contrapartidas ao Resultado do exercício:	Depreciação	Amortização	Total
Ao custo de serviços gráficos (Gasto indireto de fabricação - Nota 17)	478.199	-	478.199
Ao custo serviços de digitalização (Nota 17)	429.684	-	429.684
À despesa administrativa (Nota 18)	333.712	51.219	384.931
	<b>1.241.595</b>	<b>51.219</b>	<b>1.292.814</b>

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	1.157.240	1.119.825
Consignações da folha de pagamento	54.896	53.323
	<b>1.212.136</b>	<b>1.173.148</b>
	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
INSS	359.203	276.083
INSS Fonte	126.229	114.634
FGTS	85.225	52.685
Outras	64.694	65.765
	<b>635.351</b>	<b>509.167</b>

## 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PASEP	87.307	-	62.608	-
COFINS	402.247	-	288.567	-
ISS	160.568	-	87.955	-
IR Fonte	138.720	-	90.241	-
Imposto de Renda – Diferido	-	645.365	-	659.561
Contribuição Social – Diferida	-	387.219	-	395.736
	<b>788.842</b>	<b>1.032.584</b>	<b>529.371</b>	<b>1.055.297</b>

Os tributos diferidos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicada no ano em que o passivo for liquidado, baseados na legislação aplicável nas datas dos balanços. Os saldos em 31.12.2022 e 2021 podem ser assim demonstrados:

	31.12.2022			31.12.2021		
Efeitos tributários sobre:	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Reavaliação	631.531	378.919	1.010.450	645.727	387.436	1.033.163
Ajuste a valor justo de investimentos	13.834	8.300	22.134	13.834	8.300	22.134
	<b>645.365</b>	<b>387.219</b>	<b>1.032.584</b>	<b>659.561</b>	<b>395.736</b>	<b>1.055.297</b>

## 14. PASSIVO CIRCULANTE – OUTROS

	31.12.2022	31.12.2021
Convênio com o Estado de Pernambuco (*)	743.856	-
Adiantamentos de clientes	45.698	72.467
Outros	587	587
	<b>790.141</b>	<b>73.054</b>

(\*) – Saldo de Convênio celebrado com o Estado de Pernambuco, através da secretaria de Justiça e Direitos Humanos, visando a execução do Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho, com recursos orçados em R\$ 3 milhões, não sendo exigidos valores a título de contrapartida da Companhia. A prestação de contas final ocorreu em fevereiro de 2023.

## 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, constitui provisão para processos trabalhistas e cíveis, classificados na condição de perda "provável", com o objetivo de evidenciar o suporte ao risco de eventual decisão desfavorável.

	31.12.2022	31.12.2021
Causas trabalhistas:		
Causa do Sindicato dos Gráficos de Pernambuco	867.459	867.459
Outras causas trabalhistas	50.000	50.000
	<b>917.459</b>	<b>917.459</b>

A principal causa decorre de Ação de Cumprimento de Convenção Coletiva, impetrada pelo Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, Processo nº 0001733-47.205.5.06.003 na 13ª Vara do Trabalho, que objetiva a implementação do Plano de Cargo e Carreira,

retroativamente a 30.09.2015, sendo devido o pagamento das diferenças correspondentes aos salários vencidos e vincendos dos trabalhadores gráficos da CEPE.

Consoante Despacho Judicial determinando o rateio do valor para pagamento a quem de direito, a Companhia procedeu a um depósito judicial de R\$ 666.758, que inclui honorários advocatícios e, mediante Alvará Eletrônico de Pagamento Número: 000289322020 - Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região foram transferidos R\$ 564.541 para os respectivos beneficiários individualmente, cujo valor foi abatido do correspondente depósito judicial (ativo).

O saldo atual do passivo reflete o posicionamento da assessoria jurídica da Companhia que estima possibilidade de perda provável, com essa estimativa de desembolso, caso não seja considerada a impugnação da CEPE referente à sentença de liquidação.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 66.570.000 e está composto por 131.250 ações nominativas, de valor unitário de R\$ 507, sendo 106.250 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais sem direito de voto. A participação do Governo do Estado de Pernambuco corresponde a 100% das ações ordinárias com direito a voto e 99,98% das ações preferenciais.

## Reserva de reavaliação

A realização da reserva é reconhecida à medida que os ativos reavaliados forem sendo realizados mediante depreciações e baixas, até suas extinções.

## Ajuste de avaliação patrimonial

Registram a contrapartida da mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda (investimentos em outras companhias – ações).

## 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Receitas operacionais		
Publicações	29.062.991	33.343.817
Digitalização	21.015.702	15.532.866
Serviços gráficos	2.753.850	1.608.109
Jornais	31.208	26.975
Revista Multicultural e publicações da revista	33.829	89.256
Assinaturas	157.809	98.148
Certificação digital	4.988	6.690
Direito de uso de software (cessão à Imprensa Oficial do RN)	440.000	-
	<b>53.500.377</b>	<b>50.705.861</b>
Tributos diretos		
ISS	(702.626)	(401.333)
PIS/PASEP	(586.430)	(478.834)
COFINS	(2.702.893)	(2.207.558)
	<b>(3.991.949)</b>	<b>(3.087.725)</b>
Receita operacional líquida	<b>49.508.428</b>	<b>47.618.136</b>

## 18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2022	2021
Serviços gráficos em geral:		
Material direto	1.708.275	861.425
Mão de obra direta	2.651.259	2.949.432
Mão de obra indireta	3.283.127	3.178.956
Gastos indiretos de fabricação	6.862.747	5.789.020
Custos de serviços em andamento	(903.079)	(517.743)
	<b>13.602.329</b>	<b>12.261.090</b>
Digitalização:		
Salários	391.648	360.990
Terceirização do serviço	7.673.206	4.941.808
Aluguel e condomínio	2.453.748	1.560.717
Energia	132.456	117.706
Depreciação e amortização	429.684	413.228
Outros	1.192.337	514.233
	<b>12.273.079</b>	<b>7.908.682</b>
Custo com venda de software	10.000	-
	<b>25.885.408</b>	<b>20.169.772</b>
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	(87.954)	(46.291)
	<b>25.797.454</b>	<b>20.123.481</b>

## 19. DESPESAS OPERACIONAIS – GERAIS

	2022	2021
Serviços de terceiros	7.288.628	4.567.131
Água, energia e comunicação	515.625	537.461
Aluguéis	80.289	126.183
Manutenções de instalações, imóveis, móveis e veículos	2.731.039	1.696.921
Manutenções de softwares, computadores e periféricos	1.176.548	864.855
Assistência médica	1.638.194	1.330.692
Programa de alimentação ao trabalhador	967.498	826.331
Depreciações e amortizações	384.931	405.352
Impostos e taxas	455.1	



**CONTINUAÇÃO**

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado.

A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

• Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

• Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

**22. SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas materiais e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

Ramo	Valor – R\$
- Incêndio, explosão e fumaça	19.200.000
- Danos elétricos	240.000
- Perda de aluguel	72.000
- Tumulto, greve, lock-out	24.000
- Recomposição de registros e documentos	36.000
- Lucros cessantes	1.200.000
- Responsabilidade civil do empregador	500.000
- Responsabilidade civil operações	500.000
- Equipamentos eletrônicos	100.000
- Outros	50.000

\*\*\*\*\*

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE  
Recife – PE

**1. Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

**2. Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo

com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

**3. Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado.**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

**5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 09 de fevereiro de 2023.

**PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC-PE - 000680/O-0

**Hugo Ferreira da Silva Júnior**  
CRC-PE - 011620/0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE reuniram-se em 09/02/2023 para examinar o Relatório da Administração, representado pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, examinando ainda, o Relatório da PHF Auditores Independentes S/S, sobre as mesmas Demonstrações Contábeis, indicando situação de conformidade no que se refere aos seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEPE para o exercício analisado, quanto ao cumprimento das práticas contábeis usuais. Os membros do Conselho Fiscal, diante às apreciações de regularidades estabelecidas, e, frente às afirmações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, opinam que as peças contábeis se apresentam em condições para serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 9 de fevereiro de 2023.

Maria Antonieta da Rocha Cruz

Carlos Eduardo Cabral Figueiredo

Ana Beatriz Freire Paes de Andrade

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO** - Presidente

**LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO** - Conselheiro

**SILVIA MARIA CORDEIRO** - Conselheiro

**ALEXANDRE UBIRAJARA GABRIEL DE MELO** - Conselheiro

**BRUNO MAIA DE AZEVEDO SILVA** - Conselheiro

**DIRETORIA**

**LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO** - Diretor Presidente

**BRAULIO MENDONÇA MENESES** - Diretor Administrativo e Financeiro

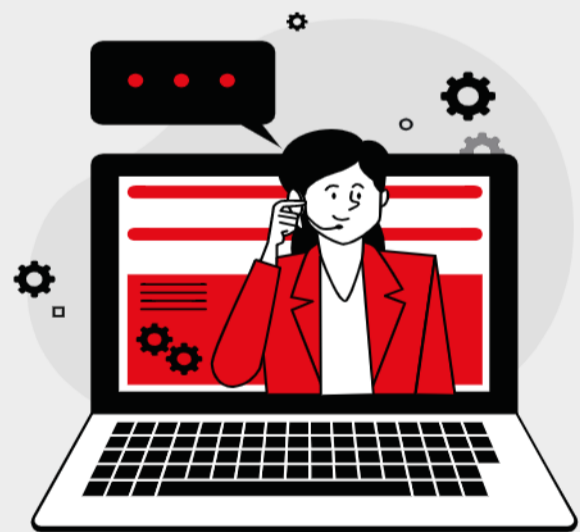
**EDSON RICARDO TEIXEIRA DE MELO** - Diretor de Edição e Produção

**GERINALDO BEZERRA DE MATOS** - Contador – CRC/PE – 11.684/O

Deixe a Cepe ser ainda mais especial para você:

**entre em contato com a Ouvidoria.**

A Companhia Editora de Pernambuco — Cepe é parte importante da história de Pernambuco e do Brasil, e não para de se atualizar para continuar fazendo a diferença em toda a sociedade. Por isso, a sua opinião é sempre muito bem-vinda.



**Nos envie sugestões, informações, reclamações ou elogios:**

cepe.com.br/ouvidoria

(81) 3183.2736

ouvidoria@cepe.com.br

ciaeditorape  
cepe.com.br

